



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo II - 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7103 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.005917/2019-14

1. DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de confecção de dois pares de placas de alumínio com Brasões da República destinadas à viatura oficial do Senhor Ministro de Estado da Educação, no âmbito do Ministério da Educação, conforme as especificações constantes no item 07 do presente Projeto Básico.

1.2 – Constituem-se como partes integrantes deste Projeto Básico:

Encarte “A” - Planilha Descritiva dos Serviços;

Encarte “B” – Termo de Recebimento Provisório;

Encarte “C” – Termo de Recebimento Definitivo.

Encarte “D” – Critérios de Sustentabilidade Ambiental e do Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental; e

Encarte “E” – Modelo de Ordem de Serviço.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A contratação em tela, objeto do presente Projeto Básico, justifica-se plenamente pela necessidade em se atender à Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Ministério da Educação no que diz respeito à confecção de pares de placas de alumínio com Brasão da República a serem utilizadas na viatura oficial do Senhor Ministro de Estado da Educação, uma vez que as placas atualmente utilizadas estão com as respectivas pinturas visivelmente desgastadas.

2.2 – Devido ao baixo valor total de no máximo R\$1850,00, esta contratação se enquadra no inciso II, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93.

2.3 – O objetivo desta contratação é atender à legislação que na forma da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que indica in verbis "Art. 115. O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira ... § 2º As placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional serão usadas somente pelos veículos de representação pessoal do Presidente ... dos Ministros de Estado". Assim o empenhamento destina-se ao cumprimento de previsão legal.

2.4 – As especificações são resultado de atendimento da obrigatoriedade o órgão fiscalizador (DETRAN-DF), conjuntamente com a necessidade do MEC. Assim, e sabendo das exigências do Detran-DF, foram elaboradas as especificações que designam “Ministro da Educação”, as cores verde e amarela, dentre outras.

2.5 – O quantitativo de 2 placas é devido a troca da única em uso e outro par reserva para caso de acidentes.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1 – A Aquisição de que trata o objeto deste Projeto será realizada por meio de Dispensa de Licitação em razão do valor, tendo seu amparo legal, no inciso II, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93, observadas as disposições deste Projeto Básico.

4. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante dispensa de licitação.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Para que se realize esta contratação é necessário o cumprimento das condições abaixo pela licitante:
 - 5.1.1 Ser empresa cadastrada no detran-DF para este tipo de serviço.
 - 5.1.2 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 6.1 A licitação será julgada pelo critério de MENOR PREÇO, na forma prevista no art. 45, § 1º da Lei nº 8.666/1993.
- 6.2 As propostas deverão conter: razão social, endereço completo, telefone/fax, endereço eletrônico (e-mail), número do CNPJ/MF, nome do banco, código da agência, número da conta-corrente e praça de pagamento.
- 6.3 A proposta deverá conter os seguintes requisitos:
 - a. prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
 - b. especificação detalhada do objeto ofertado em conformidade com a Planilha de Preços de que trata o Encarte “A” deste Projeto Básico;
 - c. nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa para efeito de pagamento;
 - d. nome ou razão social do proponente, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail). Dados de quem assinará o contrato: nome, estado civil, profissão, CPF, Carteira de Identidade,

domicílio e cargo na empresa.

6.4 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico.

6.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderam às exigências presente neste Projeto e respectivo Edital, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

6.6 A licitante deverá apresentar Declaração de sustentabilidade ambiental e Declaração de Parentesco de acordo com o encarte “D” deste Projeto Básico, sob pena de desclassificação.

6.7 Poderá, a critério da administração, ocorrer diligências para verificação das informações apresentadas na proposta.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 – Os serviços a serem executados estão devidamente especificados, conforme Tabela a seguir:

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNIDADE DE MEDIDA | ÓRGÃO MEC | QUANTIDADE |
|------|---|-------------------|-----------|------------|
| 01 | <p>Confecção de par de placas de alumínio para a viatura oficial do Senhor Ministro de Estado da Educação, com as seguintes especificações:</p> <p>- Para ambas as placas, as cores de fundo deverão ser verde e amarelo, conforme os tons da Bandeira Nacional, separadas em diagonal com o verde na parte superior.</p> <p>- Placa Grande: 01 (uma) placa em alumínio com medidas em 40x16cm;</p> <p>- Placa Pequena: 01 (uma) placa em alumínio com medidas em 34x16cm;</p> <p>- Para ambas as placas o texto deverá ser o abaixo transcrito, devendo as letras ter a cor prateada ou a cor do alumínio polido, onde o tamanho da fonte seja satisfatório para preencher a placa com 4 linhas de cima a baixo, de forma centralizada e com o Brasão da República posicionado à esquerda e o texto conforme descrito a seguir:</p> <p>BRASÍLIA – DF</p> <p>MINISTRO</p> | UN | CGRL | 02 |

7.2 As especificações, porventura omitidas, não isentarão a empresa vencedora do cumprimento integral das exigências legais vigentes, conforme estabelece o Código de Defesa do Consumidor.

8. DO CUSTO ESTIMADO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 – Os custos estimados para a presente contratação são de R\$1.850,00 (um mil oitocentos e cinquenta reais), podendo ser alterados por meio de Pesquisa de Preços a ser realizada pela Coordenação-Geral de Compras e Contratos - CGLC/SAA/SE/MEC.

8.2 - Os preços deverão incluir todas as despesas com impostos, taxas, contribuições, frete, seguros e demais encargos necessários e que os serviços deverão estar disponíveis nos dias e horários abaixo especificados.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 - O Termo de Contrato de execução dos serviços será substituído pela Nota de Empenho na forma do § 4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

9.2 – Os preços são fixos e irrevogáveis, consignados ao valor aprovado inicialmente.

10. DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA

10.1 – Os serviços em questão deverão ser executados, conforme especificado no item 5.1 deste Projeto, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas na proposta comercial e neste Projeto Básico e deverão ser entregues, às expensas da Contratada, no Setor de Transporte do MEC, na sala 220, Anexo II, Esplanada dos Ministérios, Bloco “L” Brasília-DF.

10.2 – O prazo de execução dos serviços será de 10 (dez) dias contados do recebimento da nota de empenho.

10.3 – A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento dos serviços em desacordo com os termos deste Projeto Básico.

10.4 – Os serviços rejeitados deverão ser substituídos por outro dentro das especificações exigidas, arcando com todos os custos o licitante vencedor.

11. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

11.1 O recebimento do objeto deste Projeto Básico se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso I e seus parágrafos, da Lei nº. 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas a seguir discriminadas:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no momento da entrega do objeto, observado o disposto nos artigos 69, 73 e 76 da Lei nº. 8.666/1993;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelo MEC, no prazo de 30 dias, cabendo vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei, autorizando emissão da nota fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação, observados os artigos 69, 73 e 76 da Lei nº. 8.666/1993.

11.2 Em caso de não conformidade, lavrar-se-á ofício de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o objeto deste Projeto Básico, será rejeitado, devendo ser sanado os problemas no prazo máximo de 05 (cinco) dias, quando se realizarão novamente as verificações em conformidade com o Item 5.1.

11.3 Caso a correção não ocorra em até 05 (cinco) dias, ou caso o novo item também seja rejeitado, a empresa estará incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.

11.4 À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Sendo que os custos da correção dos serviços rejeitados correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

11.5 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

12. DA GARANTIA TÉCNICA

12.1 - A garantia dos serviços consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado, em parcela única, por meio de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da Contratada, até o 5º (quinto) dia útil, após o recebimento Definitivo do material, com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pelo representante da Administração, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, e, quando for o caso, das multas aplicadas.

13.2 As Notas Fiscais devem ser eletrônicas (Nfe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009.

13.3 Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, se for o caso, os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

13.4 Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

13.5 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do Contratante, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

13.6 Havendo atraso de pagamento, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) / 365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

13.7 Na hipótese de pagamentos de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

13.8 O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado: (Instrução Normativa Nº 2, de 6 de Dezembro de 2016)

13.8.1 ao quinto dia útil subsequente ao recebimento da nota fiscal ou fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no seu § 1º; ou

13.8.2 a trinta dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, para os demais casos;

13.8.3 Constatada, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, situação de irregularidade do fornecedor contratado, será adotado o procedimento previsto no §4º do art. 3º da Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010.

13.9 Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/1996, Lei nº 9.718, de 27/11/1998 e IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela IN/RFB nº 1.244, de 30/01/2012, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem como a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, nos termos da legislação vigente.

13.9 No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (artigo 27, § 2º, do Decreto nº 5.540/2005).

14. DO REAJUSTE

14.1 Os valores descritos neste Projeto Básico serão fixos e irrevogáveis.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Executar os serviços, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Projeto Básico.

15.2 Emitir Nota Fiscal no valor pactuado, apresentando-a à contratante para ateste e pagamento.

15.3 Manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico, observado o disposto na Lei nº 8.666/93.

15.4 Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços fornecidos, bem como pelo custo de frete, na entrega, e demais custos inerentes aos serviços.

15.5 Instalar o Brasão da República nas placas de forma segura, evitando-se, assim, o fim de sua fixação e provável queda.

16. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

16.1 É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do MEC durante a prestação dos serviços, objeto deste Projeto Básico.

16.2 É vedada a subcontratação de outra empresa para a prestação dos serviços.

17. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

17.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, atestar a nota fiscal/fatura relativa à efetiva entrega do objeto contratado e seu aceite.

17.2 Recusar os serviços que não estiverem de acordo com o especificado neste Projeto Básico.

17.3 Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados neste Projeto Básico.

17.4 Aplicar as sanções regulamentares e contratuais, se necessário.

17.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

17.6 Comunicar à Contratada as eventuais irregularidades observadas na entrega dos serviços para adoção das providências saneadoras.

17.7 Disponibilizar ao licitante vencedor o modelo das placas da viatura oficial o qual deverá estar exposto para verificação na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.

17.8 Fornecer o Brasão da República confeccionado em metal nas devidas cores para que a contratada possa efetuar sua instalação nas placas.

18. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 A entrega dos bens será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, designado(s) para esse fim.

18.2 O representante do MEC anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

18.3 O servidor responsável pela fiscalização deverá atestar as Notas Fiscais/Faturas, desde que tenham sido executados após a conformidade da entrega dos serviços.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 A despesa decorrente da contratação dos serviços especificados neste Projeto Básico, correrá à conta dos recursos específicos consignados ao Ministério da Educação, no Orçamento Geral da União para o exercício relativo ao ano de 2019, elemento de despesa 33.90.30 – MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS, subitem 44.

20. DAS SANÇÕES

- 20.1 Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Contratante, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) Contratada (s) que:
- 20.1.1 apresentar documentação falsa.
 - 20.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto.
 - 20.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato.
 - 20.1.4 deixar de entregar a documentação exigida no edital.
 - 20.1.5 não mantiver a proposta e não assinar o contrato.
 - 20.1.6 comportar-se de modo inidôneo.
 - 20.1.7 fazer declaração falsa.
 - 20.1.8 cometer fraude fiscal.
 - 20.1.9 incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.
- 20.2 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.
- 20.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 20.4 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.
- 20.5 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

20.6 Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016:

20.6.1 Advertência.

20.6.2 multa de:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato;
- f) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

20.7 No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).

20.8 As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.9 No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

20.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.333, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21 Critérios e Práticas de Sustentabilidade

21.1. A Contratada deverá observar, durante a execução dos serviços, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber, e, ainda:

- a. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- b. atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11 de fevereiro de 1993, e nº 272, de 14 de setembro de 2000, e legislação correlata;
- c. observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;
- d. atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06 de maio de 1986, e nº 315, de 29 de outubro de 2002, e legislação correlata;
- e. utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, pois seus resíduos são utilizados para fabricação de vidros, tintas, cerâmicas, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99;
- f. utilizar embalagens plásticas constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- g. os materiais utilizados deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- h. acondicionar e remover adequadamente o entulho e lixo produzidos na execução dos serviços, devendo ser obedecidos os critérios de sustentabilidade e, ainda, promovida a reciclagem, quando for o caso.
- i. observar as disposições constantes do Encarte “D”.

22 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1 Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico cpl@mec.gov.br, subsidiadas pela área técnica;
- 22.2 A simples apresentação de proposta indica e fica assim entendido que a empresa dá plena concordância a todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico;
- 22.3 Os esclarecimentos a respeito das condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente contratação serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço www.mec.gov.br, no link “Fornecedores/Licitações”, bem como no COMPRASNET, ficando as licitantes obrigadas à acessá-las para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

Encarte “A”

Planilha Descritiva dos Serviços

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de confecção de dois pares de Placas de alumínio com Brasões da República destinadas à viatura oficial do Senhor Ministro de Estado da Educação, no âmbito do Ministério da Educação, conforme as especificações constantes no item 07 do presente Projeto Básico.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | ÓRGÃO MEC | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|-------------------|-----------|--------|----------------|-------------|
| 01 | <p>Confecção de par de placas de alumínio para a viatura oficial do Senhor Ministro de Estado da Educação, com as seguintes especificações:</p> <p>- Para ambas as placas, as cores de fundo deverão ser verde e amarelo, conforme os tons da Bandeira Nacional, separadas em diagonal com o verde na parte superior.</p> <p>- Placa Grande: 01 (uma) placa em alumínio com medidas em 40x16cm;</p> <p>- Placa Pequena: 01 (uma) placa em alumínio com medidas em 34x16cm;</p> <p>- Para ambas as placas o texto deverá ser o abaixo transcrito, devendo as letras ter a cor prateada ou a cor do alumínio polido, onde o tamanho da fonte seja satisfatório para preencher a placa com 4 linhas de cima a baixo, de forma centralizada e com o Brasão da República posicionado à esquerda e o texto conforme descrito a seguir:</p> <p>BRASÍLIA – DF</p> | UN | CGRL | 02 | | |

| | | | | | | |
|--|----------|--|--|--|--|--|
| | MINISTRO | | | | | |
| | DA | | | | | |
| | EDUCAÇÃO | | | | | |

Encarte “B”

Termo de Recebimento Provisório

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de confecção de dois pares de Placas de alumínio com Brasões da República destinadas à viatura oficial do Senhor Ministro de Estado da Educação, no âmbito do Ministério da Educação, conforme as especificações constantes no item 07 do presente Projeto Básico.

Nos termos do Processo n.º **23000.005917/2019-14**, Nota de Empenho n.º, Ordem de Fornecimento n.º, emitimos o presente Termo de Recebimento Provisório do objeto discriminado na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no item 5 do Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Brasília/DF, de de 2019

Fiscais do Contrato

De acordo,

Responsável pelo Setor de Almoxarifado das unidades

Ciente,

Representante da Empresa

Encarte “C”

Termo de Recebimento Definitivo

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de confecção de dois pares de Placas de alumínio com Brasões da República destinadas à viatura oficial do Senhor Ministro de Estado da Educação, no âmbito do Ministério da Educação, conforme as especificações constantes no item 07 do presente Projeto Básico.

Nos termos do Processo n.º 23000.005917/2019-14, Nota de Empenho n.º, Ordem de Fornecimento n.º, emitimos o presente Termo de Recebimento Definitivo do objeto discriminado na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no item 5 do Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Brasília/DF, de de 2019

De acordo,

Responsável pelo Setor de Almoxarifado das unidades

■
■

Representante da Empresa

ENCARTE “D”

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DO MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

1. A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante neste Encarte, documento este, integrante da proposta.

2 Tal exigência visa atender, no que couber, aos dispositivos normativos abaixo enumerados, bem como estabelecer que a licitante deve implementar ações ambientais através da conscientização de todos os envolvidos na execução do objeto contratado, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente no item 21 do Projeto Básico, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes:

Constituição Federal/1988:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).” (Grifamos)

Lei nº 12.187/2009:

“Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;”

Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

“Art. 6: Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas licitante vencedoras adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; (Grifamos).

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de três de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. “O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente”.

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

26. A transcrição da legislação contida no item 2, objetiva, também, a disseminação e a promoção da responsabilidade e da educação ambiental, independentemente do que é cabível ao objeto da contratação.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2019

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____ FONE/FAX/E-MAIL: _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº ____/2019, instaurado pelo Processo de nº 23000.005917/2019-14, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2019.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

ENCARTE “E”

Modelo DE ordem de serviço Nº _____/2019

À Empresa:

Endereço:

| | |
|-------|----------------------|
| CNPJ: | Telefone/Fax/E-mail: |
|-------|----------------------|

Autorizamos V.S.^a a executar os serviços abaixo discriminados, observadas as especificações e demais condições constantes do Projeto Básico do processo 23000.005917/2019-14 e seus Anexos.

| Especificações dos serviços | Quantidade | Valor Unitário/R\$ | Valor Total R\$ |
|-----------------------------|------------|--------------------|-----------------|
| | | | |
| | | | |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Brasília, em ____/____/____

FISCAL DO CONTRATO

Recebi a OS em ____/____/____

RESPONSÁVEL/CONTRATADA

| |
|--------------------------------------|
| RECEBIMENTO/AVALIAÇÃO |
| Recebi os serviços em ____/____/____ |
| Avaliação/Qualidade dos serviços: |
| <div>FISCAL DO CONTRATO</div> |



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Rodrigues Silva Filho, Servidor(a)**, em 15/03/2019, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Leodite Alencar dos Santos, Coordenador(a)**, em 15/03/2019, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **1469768** e o código CRC **D9B49EFE**.

1.

Referência: Processo nº 23000.005917/2019-14

SEI nº 1469768